



RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Controle Interno, atendendo ao disposto no item 67 do Anexo I da Deliberação nº 285 de 25 de janeiro de 2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, bem como ao estipulado na Deliberação nº 325/2021 publicada em 19/05/21, onde fixou o prazo para a remessa da documentação prevista no Anexo I da Deliberação nº 285, por meio do sistema informatizado e-TCERJ, em até 60 (sessenta dias) após a abertura da sessão legislativa, apresenta o Relatório sobre a Prestação de Contas de Governo do Município de São Gonçalo, exercício 2024, de responsabilidade do Prefeito Nelson Ruas dos Santos, no período de 01.01.2024 a 31.12.2024

O presente Relatório apresenta a avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, que constaram da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024 e foram executadas de acordo com a Lei nº 1507/2023 Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024.

Expomos a comprovação da legalidade e avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como a aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado.

Evidenciamos as informações a respeito das operações de crédito, avais e garantias, bem como direitos e haveres do município.

Assim sendo, cumprindo sua missão institucional de auxílio ao Controle Externo, a Secretaria Municipal de Controle Interno buscou atender o Art. 74 da Constituição da República, ao analisar e avaliar a Prestação de Contas a ser apresentada à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

ROBERTA FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Controle Interno
Matrícula 21.559



PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EXERCÍCIO DE 2024

RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO, conforme dispõe o item 67 do Anexo I da Deliberação nº 285/2018 - TCE/RJ e artigo 74 da Constituição Federal/88.

A Prestação de Contas reveste-se das normas legais aplicáveis conforme disposições contidas na legislação vigente, com as considerações contidas neste relatório observando as novas normas segundo a Deliberação nº 285/2018.

Apresentamos o Relatório do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo sobre a Prestação de Contas de Governo do Município de São Gonçalo, contendo:

a) Demonstração das alterações orçamentárias efetuadas no exercício de 2024, indicando o orçamento inicial, suas alterações (créditos suplementares, especiais e extraordinários) e o orçamento final, este consoante ao registrado pela contabilidade como despesa total autorizada – anexo 11 – consolidado;

b) Cumprimento às normas constitucionais e legais, quanto:

b.1) à Consolidação das Contas Públicas (Inciso III, artigo 50 da LRF);

b.2) ao Limite para Abertura de Créditos Adicionais estabelecido na LOA, (inciso I, do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64);

b.3) à Autorização para Abertura de Créditos Adicionais e à existência das respectivas Fontes de Recursos (inciso V, artigo 167 da CF/88);



- b.4) aos Limites com Endividamento: Operações de Créditos, Dívida Consolidada Líquida – DCL, Concessão de Garantias (Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01);
- b.5) ao Limite com Gastos com Pessoal (artigo 20 da Lei Complementar Federal nº 101/00);
- b.6) aos Limites com Gastos em FUNDEB e Educação (Lei Federal nº 14.113/20, artigo 212 da CF/88 e artigos da Lei Orgânica Municipal);
- b.7) ao Limite com Gasto em Saúde, (Emenda Constitucional nº 29/00 c/c artigo 7º da Lei Complementar nº 141/12 e artigos da Lei Orgânica Municipal);
- b.8) à aplicação dos recursos dos Royalties (artigo 8º da Lei Federal nº 7.990/89, alterada pela Lei Federal nº 10.195/01, Lei Federal nº 12.858/13 e Lei Federal 13.885/19);
- b.9) à Transferência Financeira para a Câmara Municipal (artigo 29-A da CF/88);
- b.10) ao Repasse das Contribuições Previdenciárias (artigo 40 da CF/88 c/c o inciso II, artigo 1º da Lei Federal nº 9.717/98) e Parcelamentos;
- b.11) Outros Aspectos Relevantes (especificar);
- c) avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento;
- d) comprovação da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; e
- e) informações a respeito do controle efetuado nas operações de crédito, avais e garantias bem como dos direitos e haveres do município;



RELATÓRIO

A) DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO DE 2024, INDICANDO O ORÇAMENTO INICIAL, SUAS ALTERAÇÕES (CRÉDITOS SUPLEMENTARES, ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS) E O ORÇAMENTO FINAL, ESTE CONSOANTE AO REGISTRADO PELA CONTABILIDADE COMO DESPESA TOTAL AUTORIZADA – ANEXO 11 – CONSOLIDADO;

O Orçamento inicial sofreu alterações ao longo do exercício, passando de R\$ 2.129.208.387,00 (Dois bilhões, cento e vinte e nove milhões, duzentos e oitenta e oito mil, trezentos e oitenta e sete reais) para R\$ 3.097.020.107,61 (três bilhões, noventa e sete milhões, vinte mil, cento e sete reais e sessenta e um centavos), alterações essas provenientes da abertura de créditos adicionais suplementares utilizando fontes de recursos variadas. Abaixo demonstramos:

Descrição	Valor R\$
A – Orçamento Inicial - LOA	2.129.208.387,00
B – Alterações durante o exercício	1.420.441.279,29
Créditos Extraordinários	0,00
Créditos Suplementares	1.420.441.279,29
Créditos Especiais	0,00
C – Anulação de Dotações (dedução)	452.629.558,68
D – Orçamento Final Apurado (A+B-C)	3.097.020.107,61

Fonte: Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei 4320/64.

Para atender ao Princípio Constitucional da Publicidade insculpido no Caput do Art. 37 da Constituição Federal, verificamos os decretos criando créditos adicionais foram devidamente publicados no Diário Oficial do Município.



Atendido o preceito Constitucional da publicidade, bem como a paridade entre os valores demonstrados no Quadro acima e Anexo 12 da Lei 4320/64, **certificamos a legalidade e regularidade dos atos.**

B) CUMPRIMENTO ÀS NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, QUANTO:

B.1) À CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS (INCISO III, ARTIGO 50 DA LRF C/C O ARTIGO 2º DA DEL. TCE/RJ Nº 199/96)

Conforme dispõe o Art. 2º da Deliberação TCE/RJ nº 285/2018, as Contas de Governo dos Municípios serão apresentadas de forma consolidada, abrangendo os resultados gerais da gestão de todos os órgãos e entidades dos poderes municipais incluídos os fundos.

Assim, dispõe o Inciso III, do Art. 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 50: Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I-.....

II-.....

III- as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;

A cada bimestre são encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e ao fim de cada quadrimestre são encaminhados os Relatórios de Gestão Fiscal. Utilizamos o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre e o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre do exercício de 2024 para realizarmos a análise e o exame dos dados constantes dos mesmos e assim nos certificamos da Consolidação exigida pela legislação em vigência.



Realizada a análise, constatamos que a consolidação que compõem a Prestação de Contas compreende isolada e conjuntamente as operações contábeis realizadas pela administração direta e indireta municipal.

**B.2) AO LIMITE PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESTABELECIDO
NA LOA (INCISO I DO ARTIGO 7º DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64)**

O valor estimado para a Receita e Fixado para a despesa para o Orçamento do exercício de 2024 foi de R\$ 2.129.208.387,00 (Dois bilhões, cento e vinte e nove milhões, duzentos e oitenta e oito mil, trezentos e oitenta e sete reais) aprovado pela Lei Municipal nº 1507 de 06 de dezembro de 2023, Lei Orçamentária Anual que autoriza em seu Art. 8º a abertura de Crédito Adicional Suplementar por anulação parcial ou total de dotações até o valor correspondente de 35% do total geral da despesa fixada.

Dispõe assim o Art. 8º da Lei 1507/2023, Lei Orçamentária Anual:

Art. 8º - Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº. 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço, por excesso de arrecadação em bases constantes e por anulação parcial ou total de dotações dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei.

Parágrafo Único – Os créditos adicionais suplementares por anulação parcial ou total de dotações do Poder Executivo, tratados no caput deste artigo, ficam limitados a 35 % (trinta e cinco por cento) dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Abaixo evidenciamos os créditos adicionais com base na LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL:



SUPLEMENTAÇÕES/ALTERAÇÕES	
Orçamento Inicial - LOA	2.129.208.387,00
Fontes de Recursos	Valor
Superávit	323.508.405,49
Excesso de Arrecadação	644.303.315,12
Operações de Crédito	
Anulação	452.629.558,68
A) Total das Alterações	1.420.441.279,29
B) Créditos ã considerados (exceções LOA)	967.811.720,61
C) Alterações para efeito do limite	452.629.558,68
D) Limite autorizado na LOA (35%)	745.222.935,45
E) Créditos abertos acima do limite	0,00

Da análise do limite fixado sob a ótica do caput e parágrafo único do Art. 8ºda LOA – Lei nº 1507/2023:

Descrição	Valor R\$
Despesa Fixada para o exercício - Lei nº 1507/2023	2.129.208.387,00
Suplementações ocorridas no exercício	1.420.441.279,29
Reduções ocorridas no exercício	452.629.558,68
Total do Orçamento final	3.097.020.107,61
Permitido 35%	745.222.935,45
Utilizado no exercício	452.629.558,68



% utilizado no exercício	21,26%
--------------------------	--------

Descrição	Valor R\$
Despesa Fixada para o exercício - Lei nº 1507/2023	2.129.208.387,00
Suplementações que alteram o valor para o limite	452.629.558,68
Total do orçamento considerado para o limite de 35%	2.129.208.387,00
Limite abertura Crédito Suplementar – Art. 7º da LOA (35%)	745.222.935,45
Valor utilizado durante o exercício	452.629.558,68
% utilizado durante o exercício	60,74%

Utilizamos em nossa análise duas metodologias diferentes para avaliarmos o limite de suplementação ao orçamento durante o exercício de 2024, tendo em vista o que autoriza a LOA – Lei nº 1507/2023.

Na primeira análise consideramos o total do orçamento final com base no do Art. 8º, verificamos que foram utilizados R\$ 452.629.558,68, o que representa **21,26%** do total fixado para o exercício.

Na segunda análise efetuada verifica-se que do limite de R\$ 745.222.935,45 foram utilizados R\$ 452.629.558,68 representando **60,74%** do total permitido.

Observa-se que as alterações com base em incorporação de superávit ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço, excesso de arrecadação em bases constantes não foram consideradas para fins do limite, conforme exceção prevista no Parágrafo Único do art. 8º da Lei 1507/2023.



Os dois métodos utilizados permitem verificar que foi respeitado o limite para abertura de Créditos Suplementares ao orçamento do exercício de 2024.

Verifica-se que a administração obedeceu corretamente o percentual para abertura de créditos adicionais previsto na Lei Orçamentária, e assim **certificamos a regularidade** na aplicação do percentual de **21,26%** utilizado para suplementação da despesa, ou seja, **60,74 %** do total permitido para a suplementação conforme dispõe a Lei Orçamentária Anual.

Valor considerado para suplementação com base na LOA		
Despesas Fixadas (A)	2.129.208.387,00	%
Valor permitido (B)	745.222.935,45	35%
Valor utilizado (C)	452.629.558,68	21,26%
Percentual utilizado	(C/B)	60,74%

Ressaltamos a importância de um acompanhamento dos percentuais utilizados e do controle para a abertura dos créditos adicionais autorizados pela LDO e pela LOA, uma vez cumpridos os dispositivos constitucionais e atendidos os ordenamentos municipais aprovados pelo Poder Legislativo e que permitem o cumprimento das metas previstas.

Constatamos e certificamos a regularidade do limite para Abertura de Créditos Adicionais estabelecido na LOA, utilizado no exercício de 2024, demonstrando a eficiência e eficácia do controle efetuado pelo setor responsável.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



B.3) À AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS E À EXISTÊNCIA DAS RESPECTIVAS FONTES DE RECURSOS (INCISO V, ARTIGO 167 DA CF/88)

Conforme dispõe a Constituição Federal em seu Art. 167, a abertura de Créditos Adicionais, seja ele suplementar ou especial, deverá ser autorizada pelo Legislativo e a indicação dos recursos correspondentes.

Constituição Federal - Art. 167: São Vedados:

I.....

II.....

III.....

IV.....

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Utilizando as fontes de recursos Superávit, Excesso de Arrecadação (Convênios, Outros) e Anulação, o Orçamento do Município de São Gonçalo foi suplementado no exercício de 2024, no valor montante de R\$ 967.811.720,61 conforme demonstrativo a seguir.

Descrição	Valor R\$
A = Orçamento Inicial	2.129.208.387,00
B = Alterações no exercício	1.420.441.279,29
C = Anulações	452.629.558,68
D = Total do Orçamento autorizado (A+B-C)	3.097.020.107,61

Fonte: Anexo 11 da Lei nº 4.320/64



Descrição	Valor R\$
A – Orçamento Inicial - LOA	2.129.208.387,00
B – Alterações durante o exercício	1.420.441.279,29
Créditos Extraordinários	0,00
Créditos Suplementares	1.420.441.279,29
Créditos Especiais	0,00
C Anulação de Dotações (dedução)	452.629.558,68
D – Orçamento Final Apurado (A+B-C)	3.097.020.107,61

B.3.1) CRÉDITOS SUPLEMENTARES

B.3.1.1) SUPERÁVIT FINANCEIRO

O orçamento municipal foi suplementado com o total de R\$ 323.508.405,49 oriundo da Fonte de Recursos SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2023.

Em todos os decretos estão discriminadas as Fontes de Recursos e as Unidades gestoras. Dessa forma realizamos a análise para comprovação da existência do superávit utilizada na abertura do respectivo crédito.



ABERTURA DE CRÉDITO POR FONTE DE RECURSO - SUPERÁVIT

Decreto	Publicação	Número do Diário Oficial	U.O.	Fonte	Superávit Financeiro
001/2024	25/01/2024	FECMSG	13.11	250.100.000.007	165.305,02
054/2024	26/02/2024	1045	20.51	250.100.000.047	4.000.000,00
055/2024	26/02/2024	1045	20.68	250.100.000.047	4.300.000,00
056/2024	26/02/2024	1046	23.51	260.500.000.037	2.654.710,20
068/2024	01/03/2024	1051	20.24	250.100.000.047	5.005.125,48
069/2024	01/03/2024	1051	20.59	250.100.000.047	21.010.000,00
070/2024	04/03/2024	1052	20.24	275.400.000.016	2.682.937,36
071/2024	04/03/2024	1052	23.51	270.631.100.034	1.245.694,04
072/2024	04/03/2024	1052	20.69	250.100.000.047	362.340,96
072/2024	04/03/2024	1052	23.45	250.100.000.047	770.828,00
073/2024	04/03/2024	1052	23.51	262.100.000.040	13.688.629,80
074/2024	04/03/2024	1052	20.24	250.100.000.047	547.782,17
074/2024	04/03/2024	1052	22.43	250.100.000.047	7.520,46
074/2024	04/03/2024	1052	23.59	250.100.000.047	2.229.300,04
077/2024	04/03/2024	1052	20.22	250.100.000.047	3.250.380,89
078/2024	05/03/2024	1053	23.51	250.100.000.047	8.093.546,13
079/2024	07/03/2024	1055	20.73	250.100.000.047	3.900.000,00
090/2021	11/03/2024	1057	20.24	250.100.000.047	6.005.142,25
090/2024	11/03/2024	1057	23.51	250.100.000.047	5.765.318,74
093/2024	12/03/2024	1058	20.24	250.100.000.047	5.284.942,57
099/2024	14/03/2024	1061	20.24	250.100.000.047	7.181.971,50



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO



107/2024	18/03/2024	1063	23.51	260.000.000.034	2.655.000,00
108/2024	18/03/2024	1063	23.51	260.000.000.035	106.162,96
109/2024	18/03/2024	1063	23.51	162.100.000.040	1.904.905,28
131/2024	02/04/2024	1074	20.24	250.100.000.047	8.802.519,52
135/2024	03/04/2024	1075	23.6	271.500.000.000	4.955.000,00
135/2024	03/04/2024	1075	23.6	271.600.000.000	2.025.000,00
143/2024	09/04/2024	1079	20.5	250.100.000.024	340.100,67
145/2024	10/04/2024	1080	20.31	250.100.000.047	1.500.000,00
146/2024	10/04/2024	1080	20.24	250.100.000.047	3.594.243,94
147/2024	10/04/2024	1080	23.51	260.000.000.035	900.000,00
148/2024	10/04/2024	1080	20.59	250.100.000.047	10.000.000,00
150/2024	11/04/2024	1083	20.73	270.400.000.014	3.455.939,52
150/2024	11/04/2024	1083	22.43	270.400.000.014	77.434,43
150/2024	11/04/2024	1083	23.59	270.400.000.014	2.361.944,14
153/2024	16/04/2024	1087	20.24	250.100.000.047	2.224.800,00
156/2024	16/04/2024	1087	20.73	270.500.000.014	16.194,41
158/2024	16/04/2024	1087	23.51	270.500.000.014	2.782.154,94
168/2024	24/04/2024	1093	20.58	270.531.100.000	300.000,00
171/2024	25/04/2024	1095	23.51	262.100.000.041	1.054.658,15
175/2024	26/04/2024	1096	20.5	270.631.100.034	1.000.000,00
176/2024	26/04/2024	1096	23.51	262.100.000.040	2.995.089,02
182/2024	30/04/2024	1098	20.51	250.100.000.047	904.606,93
184/2024	30/04/2024	1098	23.59	254.100.000.004	2.476.904,33
188/2024	30/04/2024	1099	20.59	250.100.000.047	10.000.000,00

27



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO



189/2024	02/05/2024	1100	20.24	250.100.000.047	4.061.193,21
197/2024	08/05/2024	1106	20.22	250.100.000.047	1.214.040,00
198/2024	08/05/2024	1106	20.24	275.400.000.016	1.000.000,00
201/2024	13/05/2024	1109	20.24	250.100.000.047	10.500,00
202/2024	13/05/2024	1109	20.73	250.100.000.047	4.924.117,32
203/2024	13/05/2024	1109	23.56	275.900.000.019	5.343.387,03
205/2024	13/05/2024	1109	23.6	271.500.000.000	477.823,63
205/2024	13/05/2024	1109	23.6	271.600.000.000	333.746,73
205/2024	13/05/2024	1109	23.6	250.100.000.007	123.034,06
214/2024	20/05/2024	1115	20.5	271.100.000.046	386.568,78
215/2024	20/05/2024	1115	20.5	250.100.000.047	3.280.000,00
217/2024	21/05/2024	1116	23.51	250.010.020.046	2.778.027,95
218/2024	21/05/2024	1116	20.5	250.000.000.046	1.613.632,10
224/2024	22/05/2024	1117	20.5	250.200.000.046	1.485.374,04
234/2024	28/05/2024	1123	20.51	250.100.000.047	810.000,00
235/2024	28/05/2024	1123	20.68	250.100.000.047	1.350.000,00
242/2024	05/06/2024	1130	20.24	250.000.000.000	576.987,47
253/2024	07/06/2024	1132	23.51	260.000.000.035	29.496,00
254/2024	07/06/2024	1134	20.59	275.100.000.005	19.659.527,46
254/2024	10/06/2024	1134	20.59	275.100.000.005	-19.659.527,46
255/2024	10/06/2024	1133	23.51	260.100.000.034	19.120,00
266/2024	14/06/2024	1138	20.51	275.100.000.005	3.000.000,00
266/2024	14/06/2024	1138	20.59	275.100.000.005	16.659.527,46
267/2024	14/06/2024	1139	20.24	250.000.000.000	3.200.000,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO



268/2024	17/06/2024	1140	23.51	260.100.000.034	20.000,00
270/2024	17/06/2024	1140	20.24	250.000.000.045	1.588.183,27
270/2024	17/06/2024	1140	20.24	255.000.000.006	2.274.075,02
270/2024	17/06/2024	1140	20.24	255.200.000.001	1.305.157,08
270/2024	17/06/2024	1140	23.59	250.010.010.045	4.916.449,22
272/2024	18/06/2024	1141	20.24	256.900.000.028	715,7
277/2024	20/06/2024	1143	20.59	250.100.000.047	2.298.905,97
278/2024	20/06/2024	1143	23.51	262.100.000.040	287.598,83
281/2024	21/06/2024	1144	23.51	262.100.000.039	76.457,53
286/2024	26/06/2024	1148	22.45	250.100.000.007	580.000,00
288/2024	27/06/2024	1149	23.6	271.900.000.000	5.467.307,34
313/2024	09/07/2024	1159	20.22	250.000.000.000	281.759,59
314/2024	10/07/2024	1160	20.28	250.000.000.000	30.158.775,67
349/2024	07/08/2024	1182	21.4	280.000.000.011	140.000,00
351/2024	08/08/2024	1183	23.48	250.100.000.007	1.646.507,85
379/202	21/08/2024	1197	20.24	255.100.000.002	1.703,28
379/2024	21/08/2024	1197	20.24	255.300.000.020	202.075,82
379/2024	21/08/2024	1197	20.24	256.900.000.017	139.116,23
379/2024	21/08/2024	1197	20.24	256.900.000.023	471.568,73
379/2024	21/08/2024	1197	20.24	256.900.000.028	36.765,46
379/2024	21/08/2024	1197	20.24	257.000.000.008	459.346,42
379/2024	21/08/2024	1197	20.24	257.300.000.029	0,21
384/2024	27/08/2024	1202	20.24	270.000.000.008	4.556.730,10
421/2024	17/09/2024	1219	23.51	262.100.000.039	25.668,00

P.
24



447/2024	04/10/2024	1235	21.4	280.000.000.011	40.500.000,00
464/2024	23/10/2024	1248	23.51	260.000.000.035	300.000,00
473/2024	29/10/2024	1252	23.51	260.200.000.043	474.847,77
474/2024	29/10/2024	1252	23.51	260.000.000.034	514.182,18
476/2024	30/10/2024	1254	23.51	260.000.000.035	783.536,90
480/2024	31/10/2024	1255	23.51	265.900.000.021	2.688.077,58
503/2024	18/11/2024	1271	23.51	262.100.000.040	436.687,82
521/2024	27/11/2024	1279	23.51	260.000.000.034	250.000,00
545/2024	09/12/2024	1290	23.51	262.100.000.042	1.028.126,82
546/2024	09/12/2024	1290	23.51	262.100.000.040	1.901.918,23
547/2024	09/12/2024	1290	23.51	262.100.000.039	435.451,24
TOTAL DE ALTERAÇÕES					323.508.405,49

Descrição	Valor R\$
A – Orçamento Inicial - LOA	2.129.208.387,00
B – Alterações durante o exercício	1.420.441.279,29
Créditos Extraordinários	0,00
Créditos Suplementares	1.420.441.279,29
Créditos Especiais	0,00
C – Anulação de Dotações (dedução)	452.629.558,68
D – Orçamento Final Apurado (A+B-C)	3.097.020.107,61



B.3.1) CRÉDITOS SUPLEMENTARES

B.3.1.1) SUPERÁVIT FINANCEIRO

O orçamento municipal foi suplementado com o total de R\$ 323.508.405,49 oriundo da Fonte de Recursos SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2023.

Em todos os decretos estão discriminadas as Fontes de Recursos e as Unidades gestoras. Dessa forma realizamos a análise para comprovação da existência do superávit utilizada na abertura do respectivo crédito.

UNIDADE GESTORA	VALOR TOTAL POR U.G
Prefeitura	193.015.847,10
Instituto de Previdência do Município de São Gonçalo - SG-PREVI	40.640.000,00
Fundação de Artes, Esporte e Lazer de São Gonçalo	84.954,89
Fundação Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo	580.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	770.828,00
Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1.646.507,85
Fundo Municipal de Saúde	55.895.066,11
Fundo de Gestão, Desenvolvimento e Modernização da Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo	5.343.387,03
Fundo Municipal de Educação de São Gonçalo	11.984.597,73
Fundo Municipal de Cultura	13.381.911,76
Fundo Especial da Câmara Municipal	165.305,02
Total dos Decretos	323.508.405,49



Verifica-se na análise efetuada a compatibilidade entre os saldos apresentados nos demonstrativos contábeis e nos Balancetes, que acompanham os decretos abertos utilizando a fonte de recursos SUPERÁVIT FINANCEIRO com base no exercício de 2024.

B.3.1.2) EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

CONVÊNIOS E OUTRAS FONTES

A Abertura de Crédito por Excesso de Arrecadação no Exercício de 2024 foi de R\$ 644.303.315,12, verificamos e certificamos a regularidade dos decretos abertos, bem como apurado no sistema contábil.

B.3.2) CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS

Durante o exercício de 2024 não foram abertos CRÉDITOS ADICIONAIS EXTRAORDINÁRIOS e ESPECIAIS.

B.4) AOS LIMITES COM ENDIVIDAMENTO: OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL, CONCESSÃO DE GARANTIAS (RESOLUÇÕES DO SENADO FEDERAL NºS 40/01 E 43/01)

B.4.1 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Constatamos que no exercício de 2024 não realizamos operações de crédito, conforme declaração de inexistência incluída no sistema E-TCE, e solicitada no item 8.1 da relação de documentos da presente Prestação de Contas.

B.4.2 - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL

Demonstramos abaixo a Dívida Consolidada Líquida do Município que se apresenta no DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA, Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal:



DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

Exercício	2023	2024
Descrição	3º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE
Dívida Consolidada	922.636.257,78	660.031.876,60
Dívida Consolidada Líquida	444.567.388,03	370.929.393,03
Receita Corrente Líquida	1.925.889.302,01	2.457.266.923,46
% da DC sobre a RCL sobre a RCL	47,91%	26,86%
% da DCL sobre a RCL sobre a RCL	23,08%	15,10%

Fonte: Demonstrativo da Dívida Consolidada – Anexo 2 – Relatório de Gestão Fiscal 2024

Verifica-se que foi respeitado o limite de 120% da RCL, previsto no Art. 3º, Inciso II da Resolução nº 040/01 do Senado Federal.

B.4.3 – CONCESSÃO DE GARANTIAS

Constatamos que não houve Concessão de Garantias durante o exercício de 2024, conforme Declaração - item 8.1 da relação de documentos da presente Prestação de Contas.

B.5) AO LIMITE COM GASTOS COM PESSOAL (ARTIGO 20 DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/00)

O Limite para Despesas com Pessoal é previsto pela Lei Complementar nº 101/2000, que propõe 54% do valor da Receita Corrente Líquida para o Executivo e 6% para o Legislativo. Abaixo transcrevemos o dispositivo da Lei:



Lei Complementar nº 101/2000

Art. 20: A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

.....

III – na esfera municipal:

- A) 6%(seisporcento)paraoLegislativo,incluindo oTribunaldeContasdoMunicípi
o, quandohouver;
B) 54% (cinquenta e quatro por cento) para oexecutivo.

Observando o que dispõe a legislação, apuramos o cumprimento do limite de gastos com
Pessoal:

Demonstrativo Despesas com Pessoal	
Receita Corrente Líquida	2.418.580.947,46
Apuração do cumprimento do limite legal	
Executivo	
Despesas com Pessoal	968.595.027,28
% gasto em relação a RCL	40,05%
Legislativo	
Despesas com Pessoal	27.262.837,71
% gasto em relação a RCL	1,13%
Consolidado	
Despesas com Pessoal	995.857.864,99

Fonte: Anexo I do RGF e DCRGF 3º Quadrimestre 2024



De acordo com a apuração efetuada constata-se que o Executivo cumpriu o limite estabelecido na alínea b, do Inciso III, da Lei Complementar nº101/2000.

Foi utilizado para pagamento de pessoal do Poder Executivo o total de R\$ 968.595.027,28 (novecentos e sessenta e oito milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, vinte e sete reais e vinte oito centavos), representando 40,05% da Receita Corrente Líquida no exercício.

Os gastos com pessoal são apurados a cada quadrimestre utilizando-se do Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa Com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal. Verificamos a evolução dos limites a cada quadrimestre e constatamos a regularidade da aplicação de recursos em pessoal. No encerramento do exercício o percentual em relação a Receita Corrente Líquida foi de 40,05%, dentro do limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme demonstrado:

DESPESAS COM PESSOAL					
1º QUAD 2024	% RCL	2º QUAD 2024	% RCL	3º QUAD 2024	% RCL
989.071.206,39	50,06%	964.800.642,87	44,20%	968.595.027,28	40,05%

Verificamos o gasto do Legislativo e observamos que foram utilizados 1,13% (um vírgula treze por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto dentro do limite estabelecido na alínea a, do Inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000, cumprindo assim o limite estabelecido na legislação.

Respeitando os limites impostos pela Legislação, o total consolidado do Município (Executivo e Legislativo) em despesas com pessoal alcançou o montante de R\$ 995.857.864,99 (novecentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos) que representa 41,18% da Receita Corrente Líquida apurada no período, cumprindo assim o disposto no Inciso III, do Art. 19, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece para os Municípios 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida apurada no exercício para despesa total comPessoal.



Certificamos que:

- A) O cumprimento da meta de gasto com pessoal estabelecido pela legislação, pelo Executivo com a utilização de 40,05% da RCL para pagamento de pessoal;
- B) O cumprimento da meta de gasto com pessoal estabelecida pela legislação, pelo Legislativo com a utilização de 1,13% da RCL para pagamento de pessoal;
- C) Ao consolidarmos os gastos, verifica-se o respeito ao estabelecido pela Legislação com o total de 41,18% da Receita Corrente Líquida utilizada para pagamento de pessoal, portanto dentro do limite de 60%, permitido para o Município.

Com o resultado apurado fica demonstrada a eficácia nas implementações de medidas e a eficiência no controle para que o gasto com pessoal se mantenha dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.6) AOS LIMITES COM GASTOS COM FUNDEB (LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020) E EDUCAÇÃO (ARTIGO 212 DA CF/88 E ARTIGOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

FUNDEB

B.6.1) RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB

No exercício de 2024, foram contabilizadas com Receitas do FUNDEB no Município de São Gonçalo o total de R\$ 277.507.424,32 (duzentos e setenta e sete milhões, quinhentos e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos) relativos aos recursos transferidos, R\$ 20.275.623,19 (vinte milhões, duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e vinte e três reais e dezenove centavos) relativos a complementação da União - VAAF e R\$ 1.443.333,91 (um milhão, quatrocentos e quarenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e noventa e um centavos) de receitas de aplicações financeiras, totalizando R\$ 299.226.381,42 (duzentos e noventa e nove milhões, duzentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta e dois centavos) conforme abaixo demonstrado.



RECEITAS DO FUNDEB

FUNDEB	Valor R\$
a) Transferências de Recursos do FUNDEB	277.507.424,32
b) Receitas de Aplicação Financeira	1.443.333,91
c) Complementação da União - VAAF	20.275.623,19
d) Total de Receitas do FUNDEB (a+b+c)	299.226.381,42

Fonte: Anexo 8 do RREO – 6º bim 2024

B.6.2) RESULTADO ENTRE RECEBIMENTO E CONTRIBUIÇÕES AO FUNDEB

Descrição	Valor R\$
a) Total das Receitas do FUNDEB em 2024	299.226.381,42
b) Contribuição do Município	82.495.365,67
Diferença (representa ganho de recursos)	216.731.015,75

Fonte: Anexo 8 do RREO – 6º bim 2024

Realizamos um comparativo entre o valor recebido de transferências do FUNDEB e a contribuição realizada pelo Município, 20% das receitas oriundas das transferências de impostos (FPM, ITR, ICMS Des, ICMS, IPVA, IPI Exportação) para verificação do resultado entre recebimentos e contribuições. Conforme acima demonstramos verifica-se que houve um ganho de recursos no valor de R\$ 216.731.015,75 (duzentos e dezesseis milhões, setecentos e trinta e um mil, quinze reais e setenta e cinco centavos) A análise efetuada teve por base valores constantes do anexo 8 do RREO do 6º Bimestre de 2024.

B.6.3) REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Assim dispõe o Art. 26, da Lei nº 14.113/2020:

Handwritten signature and initials.



Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

Quando a Lei em seu Art.26 diz:..."dos recursos anuais totais dos Fundos..."entende-se o valor das transferências do Fundeb acrescido das receitas de aplicação financeira. No quadro abaixo demonstramos o resultado apurado.

a) Pagamento dos Profissionais do Magistério (1 - 2)	247.730.126,55
1. Remuneração dos Profissionais do Magistério	247.730.126,55
2. Despesas custeadas com superávit financeiro	0,00
3. Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	0,00
b) Receitas do Fundeb (1+2)	299.226.381,42
1. Transferências de Recursos do Fundeb	297.783.047,51
2. Receitas de Aplicação Financeira	1.443.333,91
Percentual aplicado na remuneração do magistério a/b	82,79%

Fonte: ANEXO 8 do RREO 6º Bimestre de 2024.

Verifica-se o cumprimento do limite mínimo disposto no ART. 26 da Lei 14.113/2020 com aplicação de 82,79% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério do Município de São Gonçalo. Certificamos a regularidade e a legalidade da aplicação dos recursos.



B.6.4) APLICAÇÃO MÍNIMA DE 90% DOS RECURSOS RECEBIDOS (ART. 25 DA LEI Nº 14.113/2020)

Assim dispõe o Art. 25, da Lei nº 14.113/2020:

Art. 25. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Observado o disposto nos arts. 27 e 28 desta Lei e no § 2º deste artigo, os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e pelos Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 2º A aplicação dos recursos referida no **caput** deste artigo contemplará a ação redistributiva dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação a suas escolas, nos termos do § 6º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 3º Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

Utilizamos a memória de cálculo abaixo para avaliação do percentual de utilização dos recursos contabilizados do FUNDEB no exercício de 2024.

A Lei Federal n. 14.113/20 (Nova Lei do Fundeb) estabelece, no seu artigo 25, que os recursos do Fundeb serão utilizados, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública. Em princípio, devem ser aplicados todos os recursos recebidos no próprio exercício. No entanto, o mesmo artigo da lei permite, em seu § 3º, que até 10% desses recursos sejam utilizados no 1º quadrimestre do exercício seguinte, mediante a abertura de crédito adicional.

1.
27



CÁLCULO DAS DESPESAS DO FUNDEB

Cálculo Despesas com Recursos FUNDEB 2024	
Descrição	Valor
A) Recursos recebidos do FUNDEB em 2024	297.783.047,51
B) Rendimentos Aplicação Financeira	1.443.333,91
C) Total Receitas do FUNDEB em 2024 (A+B)	299.226.381,42
D) Despesas pagas com recursos FUNDEB 2024	291.462.954,40
E) Despesas pagas em 2024 com o superávit 2023	
F) Cancelamento de Restos a Pagar de Exercício Anteriores	0,00
G) Total despesas do FUNDEB (D-E-F)	291.462.954,40
H) Percentual utilizado (mínimo de 90%) G/C	97,41%

Fonte: ANEXO 8 do RREO 6º Bimestre de 2024.

Apurado o percentual verifica-se que o Município **utilizou 97,41%** da totalidade dos recursos contabilizados como receitas do FUNDEB no exercício de 2024.

B.6.5) MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDEB EM 2024

Resultado Financeiro do FUNDEB em 2024	
Descrição	Valor
A - Ativo Financeiro	11.427.713,71



Disponibilidade Financeira	11.427.713,71
B - Passivo Financeiro	1.835.367,93
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	64.816,43
Consignações	701.718,29
Restos a Pagar Processados do Exercício	781.933,84
Restos a Pagar não Processados do Exercício	286.899,37
I - Superávit Financeiro em 2024	9.592.345,78

Fonte: Modelo 4 – balancete contábil de verificação

Procedida à apuração da movimentação financeira para identificação do superávit/déficit, verifica-se que o saldo para o exercício seguinte guarda paridade com a Conciliação Bancária e o apresentado no Balanço Patrimonial.

No dia 30 de dezembro de 2024, foi realizado o ressarcimento na conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no valor de R\$ 6.883.759,56 (seis milhões oitocentos e oitenta e três mil setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), referente ao déficit financeiro apurado no **Balanço Patrimonial Consolidado de 2023**.

Informamos ainda que o Modelo 4, Modelo 5, Quadros I e II, devidamente retificados, a Nota Explicativa, bem como os Documentos Comprobatórios foram anexados no e-TCERJ, na aba FUNDEB / Outros Documentos / Item 22.2.

1.
34



EDUCAÇÃO

Todos os cidadãos têm o direito a uma Educação de qualidade que lhes dê oportunidade de exercer sua cidadania e estar preparados para atender as exigências do mercado de trabalho.

Este direito é assegurado pela Constituição Federal que em seu Art. 212 contempla um percentual mínimo de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino. Para os Municípios o percentual mínimo de aplicação é de 25%. Abaixo o texto constitucional:

“Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”

B.6.7) LIMITE DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Passamos a análise dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Inicialmente verificamos o enquadramento das despesas aos Artigos 70 e 71 da Lei nº 9.394/96, e observamos que algumas despesas não devem ser consideradas para apuração do limite de gastos com educação. Assim em nossa apuração iremos deduzir o total destas despesas, conforme abaixo relacionadas:

B.6.8.) DESPESAS NÃO CONSIDERADAS NO CÁLCULO DE GASTOS COM EDUCAÇÃO (25%)

Despesas empenhadas como “despesas de exercícios anteriores” não são computadas no cálculo do limite constitucional de 25% aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, assim excluímos tais despesas no exercício de 2024.

1.
2A



**B.6.8.1) BASE DE CÁLCULO UTILIZADA PARA APURAÇÃO DOS LIMITES
CONSTITUCIONAIS**

Demonstraremos abaixo as Receitas Resultantes de Impostos, base de cálculo utilizada para apurar o limite constitucional de aplicação em Educação, mínimo 25% destas receitas.

RECEITAS	
Descrição	Valor
RECEITA DE IMPOSTOS	428.044.015,26
IPTU	113.468.178,90
IRRF	110.067.819,97
ITBI	26.276.742,32
ISS	178.231.274,07
OUTROS IMPOSTOS	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	424.945.356,20
UNIÃO	133.386.066,71
FPM	133.329.885,14
ITR	56.181,57
ICMS - DESONERAÇÃO - LC 87/96	0,00
ESTADO	291.559.289,49
ICMS	199.683.514,46
IPI	6.630.997,54
IPVA	85.244.777,49

Fonte: ANEXO 8 do RREO 6º Bimestre de 2024.



**B.6.8.3) DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

FONTE DE RECURSOS: IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

DESPESAS PAGAS	Realizada
122-Administração Geral	62.669.176,32
128-Formação de Recursos Humanos	1.000,00
271-Previdência Básica - INSS e Salário Família	7.521.845,58
272-Previdência do Regime Estatutário - IPASG	3.949.606,28
301-Atenção Básica	
361-Ensino Fundamental	51.957.710,56
365-Educação Infantil	24.371.796,60
366-Educação de Jovens e Adultos	0,00
367 Educação Especial	0,00
A -Total de Despesas	150.471.135,34
B -Despesas de Exercícios Anteriores	
Total de Despesas do Exercício (A - B)	150.471.135,34
Despesas realizadas no FUNDEB	
FUNDEB	291.462.954,40
A -Tortal das despesas com ensino	441.934.089,74
B -Ganho de recursos do FUNDEB	216.731.015,75
C-Total das despesas registradas como gasto em educação (a-b)	225.203.073,99
D -Cancelamento de restos a pagar dos exercícios anteriores	0,00
E - Restos a pagar inscrito no exercício sem disponibilidade de caixa	0,00
F - Total das despesas consideradas para fins de limite constitucional	225.203.073,99

1
A



G - Receita resultante de impostos e transferência de Impostos	852.989.371,46
H - Percentual alcançado (Limite mínimo de 25%)	26,40

Fonte: ANEXO 8 do RREO 6º Bimestre de 2024.

Coma memória de cálculo acima apresentada, foi apurada a Receita que totalizou R\$ 852.989.371,46. As despesas pagas para fins de apuração do limite apresenta o montante de R\$ 225.203.073,99.

Verifica-se após a apuração e como acima demonstrado que o Município cumpriu o limite constitucional para gasto com Educação.

Comprovamos e certificamos que o Município aplicou em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, 26,40% das receitas resultantes de impostos, cumprindo assim o disposto no Art. 212, da Constituição Federal, e § 4º do Art. 2º, da Lei Municipal nº 2.345/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com o resultado apurado fica demonstrada a legalidade na aplicação dos recursos de impostos e derivados dos mesmos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, bem como a eficiência e eficácia no cumprimento do dispositivo Constitucional.

Foi utilizada para os cálculos a Fonte de Recursos 00 (Recursos Próprios) e 45 (Recursos Próprios Educação) “ordinários não vinculados”. Ao proceder à apuração da Receita procuramos extrair somente as Receitas de Impostos e Transferências de Impostos, evitando assim utilizar recursos que não se destinem a Manutenção e Desenvolvimento do ensino.

Abaixo demonstramos o total de despesas pagas em Educação nas diversas fontes de recursos durante o exercício de 2024.



Função 12						
Subfunção	Fontes de Recursos					Total
	Impostos	Royalties	FNDE	FUNDEB	Demais Fontes	
122	62.669.176,32		9.994.147,87	5.742.530,50	368.734,43	78.774.589,12
128						
271						0,00
272						0,00
361	51.957.710,56	12.834.778,74	24.292.034,95	222.698.461,03	48.035.747,73	359.818.733,01
365	24.371.796,60		1.216.505,19	34.218.078,12	8.881.635,55	68.688.015,46
366						0,00
Outras Subvenções	11.472.451,86			28.803.884,75		40.276.336,61
Total	150.471.135,34	12.834.778,74	35.502.688,01	291.462.954,40	57.286.117,71	547.557.674,20

Fonte: Relatórios e Demonstrativos Contábeis

Conforme exibição acima, demonstramos o total aplicado pelo Município em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino durante o exercício de 2024 nas diversas fontes de recursos que compõe o orçamento da Educação.

B.7) AO LIMITE COM GASTO EM SAÚDE (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/00 C/C O ARTIGO 7º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141/12)

A Saúde é um direito constitucional assegurado a todos os cidadãos. É dever do Estado promover uma Saúde com qualidade, para que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais.

1.
2A



Assim dispõe a legislação:

Constituição Federal:

“Art. 196 – A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Atos das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 77- Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

....

III – No caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, b e § 3º. Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art. 74 da Constituição Federal.

Lei Complementar 141/12

- Art. 7º- Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Primeiramente demonstraremos as receitas que compõe a base de cálculo para fins de apuração do limite constitucional para as despesas realizadas com ações e serviços de saúde.

RECEITAS	
Descrição	Valor
RECEITA DE IMPOSTOS	428.044.015,24
IPTU	113.468.178,90
IRRF	110.067.819,97



ITBI	26.276.742,32
ISS	178.231.274,05
OUTROS IMPOSTOS	0
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	
UNIÃO	120.917.539,65
FPM	120.861.358,08
ITR	56.181,57
ICMS - DESONERAÇÃO - LC 87/96	0
ESTADO	291.559.289,49
ICMS	199.683.514,46
IPI	6.630.997,54
IPVA	85.244.777,49
TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	840.520.844,38

Fonte: ANEXO 11 DA LEI 4.320/64

Cálculo do percentual aplicado pelo Município:

Apuração do cumprimento do limite constitucional de saúde	
Descrição	Valor
Receitas	
A - Receitas de Impostos e Transferências	840.520.882,06
Despesas	

1.
9A



B - Despesas totais pagas com saúde (Fundo Municipal de Saúde)	156.010.329,59
C - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
D - Parcelamento INSS	21.328.497,16
E - Total de Despesas do Exercício (B-C-D)	134.681.832,43
F- Percentual receitas aplicadas em saúde limite 15% (D/A)	16,02%

Fonte: demonstrativos extraídos do sistema contábil

Verifica-se que o Município aplicou em Ações e Serviços Públicos de Saúde no exercício de 2024, 16,02% das Receitas Resultantes de Impostos e Transferências como acima demonstrado.

Constatada a aplicação e o percentual atingido, **certificamos que o Município cumpriu o que dispõe o Art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.**

B.7.1) DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E DO PARECER DO CONSELHO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Conforme dispõe o § 5º, do Art. 36, da Lei Complementar nº 141/2012, foram realizadas as audiências públicas onde o Gestor apresentou relatório relativo ao quadrimestre anterior.

Segue abaixo as datas da realização das audiências segundo as atas apresentadas pela Secretaria.

Período	Data	Observou prazo
3º quadrimestre de 2023	27 de fevereiro de 2024	Sim
1º quadrimestre de 2024	27 de Maio de 2024	Sim



2º quadrimestre de 2024	26 de setembro de 2024	Sim
-------------------------	------------------------	-----

Constatamos que as audiências foram realizadas dentro do prazo previsto na legislação, pelas Atas encaminhadas e acostadas à Prestação de Contas.

B.8) À APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO ROYALTIES (ARTIGO 8º DA LEI FEDERAL Nº 7.990/89, ALTERADA PELA LEI FEDERAL Nº 10.195/01, E LEI FEDERAL Nº 12.858/13)

A Lei Federal nº 7.990/89, veda a aplicação de recursos em pagamento de dívidas e quadro permanente de pessoal.

Assim dispõe o dispositivo legal:

“Art. 8º O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou outro parâmetro de correção monetária que venha substituí-lo, vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal. (Redação dada pela Lei nº 8.001, de 13.3.1990)”

B.8.1) APURAÇÃO DO TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS



RECURSOS RECEBIDOS COMO RECEITAS DE ROYALTIES

Royalties	
Descrição	Valor R\$
A - Transferências recebidas da União	47.454.022,23
Cota parte royalties	21.422.388,33
Cota parte royalties - Excedente	23.634.790,51
Fundo Especial do Petróleo	2.396.843,39
B – Transferências recebidas do Estado	25.886.809,11
C – Remuneração de depósito bancário	293.979,90
D – Total (A+B+C)	73.634.811,24

Fonte: demonstrativos extraídos do sistema contábil

B.8.2) APURAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Para os recursos recebidos na fonte ROYALTIES é vedada a sua aplicação em pagamento da dívida, bem como pagamento de pessoal do quadro permanente, com exceção ao pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória dos profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública de ensino, conforme termos do art 8º, § 1º, II, da Lei Federal nº 9.394/96, e do art. 2, parágrafo único, I e II, da Lei Federal nº 11.494/07.

Verifica-se a aplicação dos recursos conforme quadro abaixo:



DESPESAS CUSTEADAS COM ROYALTIES

Descrição	Líquidada	Paga
Pessoal e Encargos	1.284.561,17	1.284.561,17
Juros e Encargos da Dívida		
Outras despesas correntes	73.273.300,00	71.527.588,07
Investimentos	4.205.650,52	4.205.650,52
Amortização da Dívida		
Outras Despesas de Capital		
Total	78.763.511,69	77.017.799,76

Fonte: Demonstrativos extraídos do sistema contábil

Demonstra-se também a apuração e a aplicação de recursos dos ROYALTIES previstos na Lei Federal nº 12.858/2013, em despesas de saúde e Educação, conforme segue:

Ressalta-se que o valor de R\$ 10.177.245,84 utilizado para pagamento de Pessoal e Encargos é decorrente da exceção prevista no do art 8º, § 1º, II, da Lei Federal nº 9.394/96, qual seja, possibilidade de pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória dos profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública de ensino.



DESPESAS CUSTEADAS COM ROYALTIES – EDUCAÇÃO E SAÚDE
LEI FEDERAL 12.858/13

APLICAÇÃO DE RECURSOS DOS ROYALTIES PRÉ-SAL - FONTES 29 E 30	
Descrição	Valor
Recursos Recebidos	16.583.251,44
Valor Repassado Educação - 75%	12.437.438,57
Remuneração de depósito bancário	96.790,57
Total de Receitas na Educação em 2024	12.534.229,14
Despesas de Recursos na Educação	12.544.993,44
Superávit Exercício Anterior (-)	12.563,67
Total Aplicado na Educação	12.532.429,77
Valor Repassado Saúde - 25%	4.145.812,87
Remuneração de depósito bancário	65.494,69
Total de Receitas na Saúde em 2024	4.211.307,56
Valor Repassado a Saúde	4.205.650,52



Superávit Exercício Anterior (-)	1.697,45
Total Aplicado na Saúde	4.203.953,07

Conforme consignado nos quadros expostos e nos documentos e regerência constata-se que:

- A) Foram aplicados R\$ 12.532.429,77 em despesas com Educação e R\$ 4.203.953,07 na Saúde;
- B) Não ocorreram transferências financeiras do royalties para o Regime Próprio de Previdência Social;
- C) O município não aplicou recursos de royalties em dívidas não excetuadas.

B.8.3) APLICAÇÃO DE RECURSOS DOS ROYALTIES EM DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

Despesas	Valor	% em relação ao Total
Corrente	72.812.149,24	94,54%
Capital	4.205.650,52	5,46%
Total	77.017.799,76	100,00%

Observa-se que o Município aplicou 94,54% dos recursos contabilizados como fonte ROYALTIES em despesas Correntes e 5,46% em despesas de Capital.

B.8.4) APURAÇÃO DO TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS DE ROYALTIES EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL

Apuramos o quanto representa a receita contabilizada na fonte ROYALTIES, em relação a Receita total arrecadada no exercício de 2024. Abaixo demonstramos:

1.

RA



Receita de royalties em relação a receita total		
Descrição	Valor	%
Receita total	2.129.208.387,00	100,00%
Receita royalties	73.634.811,24	3,46%

No exercício de 2024 foi contabilizado como receitas da fonte ROYALTIES o montante de R\$ 73.634.811,24 incluindo os Rendimentos de Aplicações Financeiras. Este montante representa 3,46% do total das receitas arrecadadas e contabilizadas pelo Município.

Confrontando a receita de ROYALTIES arrecadada em 2024 com o exercício de 2023 observa-se uma redução na arrecadação de R\$ 4.143.833,64.

Receitas de Royalties				
Descrição	2023 (A)	2024 (B)	Diferença (B-A)	%
Estado	26.816.069,27	25.886.809,11	-929.260,16	-3,47%
União	43.298.196,11	47.454.022,23	4.155.826,12	9,60%
Remuneração de depósito bancário	7.664.379,50	293.979,90	-7.370.399,60	-96,16%
Total	77.778.644,88	73.634.811,24	-4.143.833,64	-5,33%

Fonte: Demonstrativos extraídos do sistema contábil

Analizada e verificada a aplicação dos recursos da fonte ROYALTIES, concluímos pela regularidade do quesito.



B.9) À TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA PARA A CÂMARA MUNICIPAL
(ARTIGO 29-A DA CF/88)

CUMPRIMENTO DO ART. 29-A DA CF 88 – REPASSES AO PODER LEGISLATIVO

A Constituição Federal estabelece o limite para o repasse financeiro a ser efetuado pelo Poder Executivo para custear as despesas do Poder Legislativo.

Dispõe o Art.29-A da Constituição Federal, com a redação acrescentada pela Emenda Constitucional nº 25, de 14.02.2000, e alterada pela Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009:

Art. 29-A O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do Art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior:

- 7% (Sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;
- 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;
- 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;
-
- 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões de habitantes);
- 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões de habitantes);
- 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.



§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;
- II – não enviar o repasse até o dia 20(vinte) de cada mês; ou
- III – enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

§ 3º Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo.

Abaixo demonstramos a memória de cálculo utilizada para apuração da receita e do total a ser repassado ao legislativo:

RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DE TRANSFERÊNCIAS ARRECADADAS NO EXERCÍCIO 2023	
I -IMPOSTOS	391.628.883,81
IPTU	114.555.377,58
IRRF	92.796.526,72
ITBI	20.920.049,62
ISS	163.356.929,89
II -TAXAS	94.506.565,39
Taxas de Poder da Polícia	22.388.597,99
Taxas pela Prestação de Serviços	72.117.967,40



III - CONTRIBUIÇÕES	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00
IV - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	391.276.601,46
Cota-Parte FPM	115.526.897,19
Cota-Parte ITR	106.312,29
Cota-Parte ICMS Desoneração	0,00
Cota-Parte ICMS	195.569.155,86
Cota-Parte IPVA	74.838.595,26
Cota-Parte IPI	5.171.494,65
Cota-Parte CIDE	64.146,21
V - Total das receitas resultantes dos impostos e transferências legais (I+II+III+IV-V)	877.412.050,66
VI - Percentual previsto para o município	4,5%
VII- Valor Fixado na Lei Orçamentária Anual 2024	32.000.000,00
VIII - Valor repassado ao Legislativo -2024	32.000.000,00
IX - Valor repassado referente a decisão Judicial nº 0090312-51.2022.8.19.000 sobre a CIP de 2021	684.055,75
X - Valor Total repassado no exercício de 2024	32.684.055,75
Repassado %	100,00%



De acordo com o demonstrativo do sistema contábil, o valor repassado ao legislativo no exercício de 2024 totalizou R\$ 32.684.055,75 (trinta e dois milhões, seiscentos e oitenta e quatro reais, cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), sendo R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais) referente ao duodécimo do exercício de 2024, , e R\$ 684.055,75 (seiscentos e oitenta e quatro mil, cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) por determinação judicial nº 0090312-51.2022.8.19.000, refente a CIP do exercício de 2021.

Os repasses foram efetuados dentro do prazo previsto, ou seja, até o dia 20 de cada mês.

Exibe-se a seguir o confronto realizado entre o valor repassado com o orçamento final da Câmara:

Valor Repassado X Orçamento Final	
Orçamento final da Câmara	32.000.000,00
Repasses efetuados	32.684.055,75
Diferença	684.055,75

De acordo com os quadros apresentados, observa-se que tanto o limite constitucional definido quanto o repasse realizado **foram respeitados**, tendo o Poder Executivo **cumprido** com as disposições contidas nos incisos I e III do § 2º do artigo 29-A da Constituição Federal.

B.10)AO REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (ARTIGO 40 DA CF/88 C/CO INCISO II, ARTIGO 1º DA LEI FEDERAL Nº 9.717/98) E PARCELAMENTOS



Recursos provenientes de contribuições previdenciárias mensalmente são repassados ao Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de São Gonçalo, responsável pela gerência dos mesmos.

Durante o exercício de 2024 o Instituto de Previdência do Município de São Gonçalo, também denominado SG-PREVI, contabilizou como receitas arrecadadas o montante de R\$ 267.444.179,96 e como despesas executadas R\$ 268.178.294,29, apresentando ao final um déficit de R\$ 734.114,33.

Descrição	Valor R\$
A - Receitas Previdenciárias	267.444.179,96
B - Despesas Previdenciárias Empenhadas	268.178.294,29
C - Déficit apresentado (A-B)	-734.114,33

Fonte: Anexo 4 do RREO – 6º bím 2024

Verifica-se que o apurado acima guarda paridade com o apresentado no Balanço Orçamentário do IPASG no exercício de 2024.

Em análise dos Demonstrativo das Contribuições devidas e efetivamente repassadas dos Segurados do RPPS e Demonstrativo referente aos Termos de Parcelamento ao RPPS, constata-se a regularidade dos repasses de recursos destinados ao Instituto durante o exercício de 2024, seja para as contribuições dos servidores, bem como para os aportes atuariais e parcelamentos existentes.

B.11) OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

B.11.1) REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



Foram realizadas Audiências Públicas no Plenário da Câmara Municipal cumprindo o que dispõe a Lei Complementar nº 101/2000 em seu Art. 9º, § 4º, para Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, nas datas abaixo demonstradas:

Prestação de Contas	Data
3º Quadrimestre de 2023	27 de fevereiro de 2024
1º Quadrimestre de 2024	28 de Maio de 2024
2º Quadrimestre de 2024	30 de setembro de 2024

Realizadas as audiências, foram elaboradas as Atas que seguem anexadas à Prestação de Contas, em atendimento ao Item 70, do Anexo I, da Deliberação TCE/RJ nº 285/2018.

Com a realização das audiências previstas até o final de fevereiro, maio e setembro, a Administração cumpriu a legislação em vigência.

B.11.2) METAS FISCAIS

A Lei Complementar nº 101/2000, dispõe em seu Art. 4º, Parágrafo 1º, que deverá integrar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais onde são estabelecidas as metas anuais em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e o montante da dívida pública para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Abaixo apresentamos demonstrativo com as metas em valores correntes e o que foi executado, avaliando o resultado apurado:



METAS FISCAIS			
Descrição	Anexo de Metas anuais - LDO 2024	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório	
Receitas Primárias	1.788.968.679,00	2.424.587.710,12	
Despesas Primárias + RP	1.757.673.354,00	2.485.220.894,21	
Resultado Primário	31.295.325,00	-60.633.184,09	Não atendido
Resultado Nominal	84.015.201,00	73.606.995,00	Não atendido
Dívida Consolidada Líquida	-677.170.546,00	370.929.393,03	Não atendido

Fonte: Anexo 6 do RREO – 6º bim 2024 e LDO 2024

B.11.3) AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL, A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO E DO ORÇAMENTO

O acompanhamento do cumprimento às Metas Fiscais é realizado bimestralmente, através dos relatórios produzidos pelo SIGFIS. A Audiência Pública é preparada ao final de cada quadrimestre para Avaliação do Cumprimentos das Metas Fiscais, do desempenho e da execução dos programas de governo, das receitas e despesas, aplicação dos recursos em Saúde e Educação e do índice de despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

B.11.4) EDUCAÇÃO E SAÚDE

Verifica-se que o Município aplicou corretamente em Educação e Saúde os recursos destinados a estas ações. Em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foram aplicados 26,40% e em Ações e



Serviços de Saúde foram aplicados 16,02% das receitas resultantes de impostos e de transferências de impostos, atendendo aos limites constitucionais.

Avaliada a aplicação dos recursos destinados ao FUNDEB, nenhuma impropriedade ou irregularidade foi identificada. Foram aplicados 82,79 % dos recursos recebidos na Remuneração do Magistério cumprindo assim o mínimo de 70% exigido pela legislação em vigência.

Verifica-se que do total das Receitas do Fundeb, 97,41% foram utilizadas no exercício de 2024.

Certificamos, portanto a aplicação correta cumprindo o mínimo de 70% para remuneração do magistério e o mínimo de 90% dos recursos recebidos aplicados no exercício.

B.11.5) RECEITAS E DESPESAS

RECEITA

A Execução da RECEITA é avaliada a partir da previsão inicial, as atualizações bem como dos valores efetivamente arrecadados.

Inicialmente consta como previsão inicial da Receita na Lei Orçamentária Anual, o valor de R\$2.036.045.575,00. Deste montante foram efetivamente arrecadados 107,05% que totalizou ao final do exercício R\$ 2.179.517.953,67.

Individualizando as rubricas verifica-se na análise a eficácia das medidas adotadas durante o exercício.

B.11.6) DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

1.
77



Avaliação Metas de Receitas			
Descrição	Previsão	Arrecadado	% atingido
Receita Corrente	1.996.698.564,00	2.607.018.054,85	130,57%
Receitas Intra-Orçamentárias	172.945.880,00	200.188.414,22	115,75%
Deduções	92.351.686,00	82.495.365,67	89,33%
Total da Receita Corrente (A)	2.077.292.758,00	2.724.711.103,40	131,17%
Receitas de Capital (B)	51.915.629,00	4.276.846,50	8,24%
Total (A + B)	2.129.208.387,00	2.728.987.949,90	128,17%

Fonte: Anexo 10 da Lei 4.320/64

Observa-se que da meta Orçada/Atualizada para a Receita foram arrecadados 128,17% totalizando R\$ 2.728.987.949,90, arrecadando 28,17% acima da meta dos 100% da previsão atualizada, cujo valor é de R\$ 2.129.208.387,00

B.11.7) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida apresenta um acréscimo de 25,73% se comparado o 6º bimestre de 2024 com o 6º bimestre de 2023.

A Receita Corrente Líquida apurada até o 3º Quadrimestre de 2024 totalizou R\$ 2.418.580.947,47 conforme demonstrado pelo Anexo 3 do RREO.

1

7A



Receita Corrente Líquida				
Descrição	6° Bimestre 2023	6° bimestre 2024	Diferença	%
Valor	1.923.600.746,60	2.418.580.947,47	494.980.200,87	25,73%

Fonte: Anexo 3 do RREO de 2023 e 2024

DESPESAS

Inicialmente prevista em R\$ 2.205.728.297,28 o orçamento da despesa foi atualizado totalizando R\$ 3.097.020.107,61 ao final do exercício. Deste total foram empenhados 93,15% que representa R\$ 2.884.753.300,26 do orçamento.

Execução Orçamentária das Despesas				
Descrição	Orçado/Atualizado	Empenhado	Saldo	%
Despesa Corrente	2.719.331.731,04	2.571.705.797,44	147.625.933,60	94,57%
Despesa de Capital	373.173.712,72	313.047.502,82	60.126.209,90	83,89%
Reserva Orçamentária do RPPS	4.222.620,00	0,00	4.222.620,00	0,00%
Reserva de Contingência	292.043,85	0,00	292.043,85	0,00%
Total	3.097.020.107,61	2.884.753.300,26	212.266.807,35	93,15%



Fonte: Balanço Orçamentário – Anexo 12 da Lei 4.320/64

**B.11.8) COMPROVAÇÃO DA LEGALIDADE E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS,
QUANTO À EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA,
FINANCEIRA E PATRIMONIAL, NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, BEM COMO A APLICAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO;**

QUANTO A EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.

RECEITA CORRENTE EFETIVAMENTE ARRECADADA

Receita	Descrição	2023	2024	Diferença	%
1.1.0.0.00.00	Receita Tributária	486.135.449,20	525.715.634,43	39.580.185,23	8,14%
1.2.0.0.00.00	Receita de contribuições	289.773.085,17	313.314.352,32	23.541.267,15	8,12%
1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	118.355.867,12	249.807.404,13	131.451.537,01	111,06%
1.6.0.0.00.00	Receita de Serviços	1.542.039,47	512.028,06	-1.030.011,41	-66,80%
1.7.0.0.00.00	Transferências Correntes	1.340.626.527,45	1.678.670.914,49	338.044.387,04	25,22%
1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	10.862.940,49	39.186.135,64	28.323.195,15	260,73%
9.5.1.0.00.00	Deduções da Receita	-77.567.303,24	-82.495.365,67	-4.928.062,43	6,35%
TOTAL		2.169.728.605,66	2.724.711.103,40	554.982.497,74	25,58%

Fonte: Anexo 12 da Lei nº 4.320/64 – Balanço Orçamentário do exercício 2023 e 2024

Ao analisarmos a arrecadação das receitas correntes observamos um acréscimo de 25,58% em relação ao exercício de 2023.

1.
RA



Demonstra-se na sequência o desempenho de algumas espécies de receitas de transferências.

Receita	2023	2024	Diferença	%
FPM	115.526.897,19	133.329.885,14	17.802.987,95	15,41%
ITR	106.312,29	56.181,57	-50.130,72	-47,15%
Royalties união	43.298.196,11	47.454.022,23	4.155.826,12	9,60%
Royalties estado	26.816.069,27	26.180.789,01	-635.280,26	-2,37%
ICMS	205.471.649,51	199.683.514,46	-5.788.135,05	-2,82%
IPVA	74.838.595,26	85.244.777,49	10.406.182,23	13,90%
IPI	5.171.494,65	6.630.997,54	1.459.502,89	28,22%
CIDE	64.146,21	420.130,15	355.983,94	554,96%
TOTAL	471.293.360,49	499.000.297,59	27.706.937,10	5,88%

Fonte: Anexo 10 da Lei nº 4.320/64

Abaixo demonstramos o desempenho de algumas receitas tributárias e outras receitas correntes.

Receita	Exercício		Diferença	% para + ou -
	2023	2024		
IPTU	114.555.377,58	113.468.178,90	-1.087.198,68	-0,95%
IRRF	92.796.526,72	110.067.819,97	17.271.293,25	18,61%
ITBI	20.920.049,62	26.276.742,32	5.356.692,70	25,61%



ISSQN	163.356.929,89	178.231.274,05	14.874.344,16	9,11%
TAXAS	94.506.565,39	97.671.619,19	3.165.053,80	3,35%
TOTAL	486.135.449,20	525.715.634,43	39.580.185,23	8,14%

Fonte: Anexo 10, da Lei 4320/64

ORÇAMENTO DA DESPESA

O orçamento para a despesa do Município foi fixado pela Lei Orçamentária em R\$ 2.129.208.387,00, sendo suplementado em suas diversas rubricas alcançando ao final do exercício o valor de R\$ 3.097.020.107,61, dos quais foram efetivamente realizado/empenhado R\$ 2.884.753.300,26.

Inicial	Suplementado	Anulado	Atualizado	Empenhado	%
2.129.208.387,00	1.420.441.279,29	452.629.558,68	3.097.020.107,61	2.884.753.300,26	93,15%

Fonte: Anexo 12 Lei 4320/64 - Balanço Orçamentário 2024

Verifica-se que na execução orçamentária das despesas foram utilizados 93,15% do total orçado/atualizado com empenhamento, proporcionando uma economia orçamentária de 6,85%, demonstrando assim o empenho do Gestor em manter o equilíbrio das finanças e a responsabilidade da gestão para cumprimento da meta estabelecida.

Os valores apresentados no Balanço Orçamentário guardam paridade com o Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64.



Gestão Orçamentária da Despesa			
Descrição	Orçado/Atualizado	Empenhada	Saldo
Despesa Corrente	2.719.331.731,04	2.571.705.797,44	147.625.933,60
Despesa de Capital	373.173.712,72	313.047.502,82	60.126.209,90
Reserva Orçamentária do RPPS	4.222.620,00	0,00	4.222.620,00
Reserva de Contingência	292.043,85	0,00	292.043,85
Total	3.097.020.107,61	2.884.753.300,26	212.266.807,35

Fonte: Balanço Orçamentário - Anexo 11 da Lei 4.320/64

Na sequência, exibe-se a execução de despesas por categoria econômica. Em Despesas Correntes foram empenhados 89,15% do orçamento executado e em Despesas de Capital 10,85%.

Execução da Despesa em 2024		
Descrição	Valor	%
Despesas Correntes	2.571.705.797,44	89,15%
Despesas de Capital	313.047.502,82	10,85%
Total	2.884.753.300,26	100,00%

Fonte: Balanço Orçamentário 2024 – Anexo 12 da Lei 4320/64

Do total das Despesas Correntes executadas/empenhadas, foram aplicados em despesas com Pessoal e Encargos 50,97%, Juros e Encargos Sociais 0,21% e em Outras Despesas Correntes,



48,82%. Abaixo demonstramos:

Despesas Correntes em 2024		
Descrição	Valor	% executado
Pessoal e Encargos	1.310.881.480,50	50,97%
Juros e Encargos da Dívida	5.320.128,45	0,21%
Outras Desp. Correntes	1.255.504.188,49	48,82%
Total	2.571.705.797,44	100,00%

Fonte: Anexo 12 – Balanço Orçamento da Lei 4.320/64

Observa-se que nas Despesas de Capital foram aplicadas 40,21% em investimentos e 59,79% foi destinado a Amortização da Dívida. Abaixo demonstramos.

Despesas de Capital em 2024		
Descrição	Valor	% executado
Investimentos	125.889.686,05	40,21%
Amortização da Dívida	187.157.816,77	59,79%
Total	313.047.502,82	100,00%

Fonte: Anexo 12 da Lei 4.320/64

As despesas aplicadas em Investimentos representam 4,36% das despesas totais do Município.



Despesas de investimentos em relação ao total de despesas				
Descrição	2023	%	2024	%
Investimento	213.543.436,68	7,38%	125.889.686,05	4,36%
Despesa Total	2.895.378.585,16	100%	2.884.753.300,26	100%

Fonte: Anexo 12 da Lei 4.320/64

Despesas por função

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO	LIQUIDADADA	% do total
1	Legislativa	27.895.755,01	1,095%
4	Administração	213.143.971,77	8,364%
6	Segurança Pública	4.356.209,68	0,171%
8	Assistência Social	39.576.909,16	1,553%
9	Previdência Social	295.529.583,02	11,597%
10	Saúde	1.018.992.535,69	39,988%
12	Educação	549.848.867,37	21,577%
13	Cultura	9.285.116,36	0,364%
15	Urbanismo	238.403.351,47	9,356%
18	Gestão Ambiental	126.110.924,75	4,949%

1.
24



26	Transporte	18.139.719,10	0,712%
27	Desporto e Lazer	6.983.813,21	0,274%
28	Encargos especiais		0,000%
	Total	2.548.266.756,59	100%

Fonte: Anexo 8 da Lei 4320/64

B.11.9) QUANTO A EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA

RESULTADO FINANCEIRO

O RESULTADO FINANCEIRO irá demonstrar o equilíbrio alcançado no exercício e a disponibilidade do Município para saldar seus compromissos.

O Balanço Financeiro Consolidado apresenta um saldo consolidado para o exercício seguinte no valor de R\$ 395.815.064,35. Deduzimos o saldo do Instituto de Previdência recursos vinculados exclusivos do RPPS e da Câmara Municipal. Abaixo demonstramos:

A -Saldo para o exercício seguinte	395.815.064,35
B - Saldo do Fundo de Previdência	6.019.723,21
C - Câmara Municipal	1.152.686,29
D – Saldo Financeiro (A-B C)	388.642.654,85

Fonte: Balanço Financeiro 2024

Abaixo demonstramos o valor de Restos a Pagar inscritos, apresentados no Balanço Financeiro, deduzidos o valor relativo ao Instituto de Previdência e a Câmara Municipal:



Restos a Pagar não processados	34.596.700,62
Restos a Pagar processados	11.015.765,55
Sub total	45.612.466,17
Restos a Pagar Instituto de Previdência	173.898,60
Restos a Pagar Câmara Municipal	822.417,56
Total	44.616.150,01

Fonte: Balanço Financeiro 2024

A - Saldo Financeiro	388.642.654,85
B - Restos a Pagar	44.616.150,01
C - Saldo Financeiro (A – B)	344.026.504,84

Verifica-se pelo apurado que houve suficiência financeira para pagamento de todas as despesas empenhadas que passam para o exercício seguinte como RESTOS A PAGAR evidenciando o equilíbrio na Gestão Financeira do Município.

B.11.10) QUANTO A EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL

RESULTADO PATRIMONIAL



Descrição	2023	2024	Diferença	%
Variações Patrimoniais Aumentativas	4.559.083.681,50	3.542.356.616,55	-1.016.727.064,95	-22,30%
Variações Patrimoniais Diminutivas	4.593.828.390,15	4.317.840.526,66	-275.987.863,49	-6,01%
Total	-34.744.708,65	-775.483.910,11	-740.739.201,46	2131,95%

Verificamos uma redução nas variações aumentativas de 22,30% e nas variações diminutivas de 6,01%.

Descrição	2023	2024	Diferença	Variação %
Patrimônio Líquido - Balanço Patrimonial	2.546.791.116,53	1.891.715.391,50	-655.075.725,03	-25,72%

Com este resultado houve uma redução do Patrimônio Líquido de 25,72% em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado acima.

O Patrimônio Líquido apresentado no Balanço Patrimonial tem a seguinte composição:

Composição Patrimônio Líquido	
Saldo anterior	2.546.791.116,53
Superávit/Déficit do exercício	-775.483.910,11



Ajuste Exercício. Anterior	120.408.185,08
Saldo atual	1.891.715.391,50

SALDO PATRIMONIAL

Após análise e conforme quadro apresentado a seguir, fica demonstrado que não há divergência entre o valor apurado e o que se encontra registrado no Balanço Patrimonial de 2024.

Descrição	Valor
A - Patrimônio Líquido (Balanço Patrimonial 2023)	2.546.791.116,53
B - Resultado Patrimonial de 2024	-775.483.910,11
C - Ajuste Exercícios anteriores	120.408.185,08
D - Patrimônio Líquido 2024(A+B+C)	1.891.715.391,50
E - Registrado no Balanço Patrimonial 2024	1.891.715.391,50
F - Diferença	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial 2023/2024

RESULTADO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

Demonstra-se no quadro a seguir a análise de Superávit / Déficit Financeiro do Município no exercício de 2024.

Após análise e conforme quadro apresentado a seguir, fica demonstrado que não há divergência entre o valor apurado e o que se encontra registrado no Balanço Patrimonial de 2024.

1.
2A



Descrição	Consolidado	IPASG	Câmara	Saldo
Ativo Financeiro	493.551.330,98	99.720.912,81	1.152.686,29	392.677.731,88
Passivo Financeiro	170.487.087,11	6.107.083,45	1.150.137,54	163.229.866,12
Superávit/Déficit	323.064.243,87	93.613.829,36	2.548,75	229.447.865,76

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Balanço Patrimonial do Instituto de Previdência e Balanço Patrimonial da Câmara Municipal – Exercício de 2024.

Verifica-se que a Administração Municipal apresentou um Superávit Financeiro de R\$ 229.447.865,76 já deduzidos os valores relativos ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e Câmara Municipal, alcançando o equilíbrio financeiro necessário ao atendimento do artigo 1º da Lei Complementar Federal nº 101/00.

B.11.10) Ressalvas e Determinações

Ressalva nº1 – O município não cumpriu as metas estabelecidas de Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Consolidada Líquida estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, desrespeitando a exigência do inciso I do art. 59 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Determinação nº 1 – Aprimorar o planejamento, de forma a cumprir as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em face do que estabelece o inciso I do artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Ressalva 2 – O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, do Regime Próprio de Previdência Social do Município foi emitido com base em decisão judicial, tendo em vista a não comprovação do cumprimento de critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/98.

Determinação nº 2 - Providenciar a regularização dos critérios e exigências estabelecidos na Lei Federal nº 9.717/98 para fins de emissão do CRP administrativo (e não por via judicial), de modo que o município demonstre o efetivo cumprimento das normas gerais que lhes são aplicáveis.

1.
2A



Ressalva 3 – Ausência de equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, em desacordo com o art. 9º, §1º, da EC nº103/19 c/c a Lei Federal nº 9.717/98.

Determinação nº 3 – Promover o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos nos termos do art. 9º, §1º, da EC nº103/19 c/c a Lei Federal nº 9.717/98, organizando seu regime próprio com base em normas de atuária que busquem o equacionamento do déficit apresentado.

Ressalva 4 – O município não cumpriu integralmente as determinações exaradas pela Corte de Contas, conforme informado no Relatório de Acompanhamento das Determinações (Modelo 8) da Deliberação nº 285/18.

Determinação 4 – Observar o fiel cumprimento das determinações exaradas pelo TCE-RJ.

CONCLUSÃO

Após exame e análise da documentação, concluímos pela **REGULARIDADE COM RESSALVAS** da Prestação de Contas.

São Gonçalo, 14 de abril de 2025.

Edson Pestana Vieira
Subsecretário de Controle Interno
Mat. 14.020

EDSON PESTANA VIEIRA

Subsecretário Municipal de Controle Interno

CRC: 108.947/O-7

ROBERTA FERNANDES DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Controle Interno

Matrícula 21.559

ROBERTA FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal
de Controle Interno
Matrícula: 21559